



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 15300000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro - CEP 66.010-000 - Belém-Pará



sobre os ativos médios foi de 4,0%, maior que o do mesmo período do ano anterior, que foi de 2,9%.

5.2.1. Carteira de Crédito

No primeiro semestre de 2016, a carteira de crédito alcançou R\$3.595.621 mil, incremento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa ao final do primeiro semestre de 2016, 4,36% da carteira de crédito, uma diminuição de 1,58 p.p. em relação ao observado no mesmo período de 2015.

O saldo da carteira de crédito comercial Pessoa Física, em junho de 2016, foi de R\$ 3.571.631 mil que representa um incremento de 11,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os empréstimos consignados correspondem a 68,6% da carteira de empréstimos e o financiamento ao consumo representa 30,8%. Os funcionários públicos do Estado e pensionistas representam 91,6% da carteira de consignados.

Em 30 de junho de 2016, o índice de inadimplência das operações vencidas acima de 90 dias representam 0,9% da carteira de crédito, com um índice de cobertura de 458,1%, isto é, o valor que o Banco mantém para fazer face às perdas prováveis é mais que 4,5 vezes a inadimplência do período.

5.2.2 Depósitos

O volume dos depósitos no primeiro semestre de 2016 totalizou R\$4.120.124 mil contra R\$4.134.432 mil registrados no mesmo período de 2015, representando uma leve redução de 0,34%, que é justificada, principalmente, pelos vencimentos de todas as operações em DPGE no mês de Fevereiro/2016 e também saques em depósitos de poupança.

Analisando os depósitos por tipo de cliente, destacamos os depósitos de PF, PF LIGADA e PJ, que cresceram 9,7%, 281,7% e 21,5%, respectivamente, quando comparado junho do ano 2015.

O volume total de depósitos a prazo apresentou um crescimento de 14,5%, já os Depósitos à Vista reduziram 26,5%, em relação ao ano anterior, redução impactada, principalmente, pelo crescimento do CONTA MAIS, que fechou o segundo trimestre com o saldo de R\$260.366 mil.

Os Depósitos Interfinanceiros apresentaram variações positivas em decorrência dos esforços em novas captações, fechando o trimestre com um crescimento de 87,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, já os Depósitos de Poupança apresentaram uma pequena redução de 2,4% em relação ao mesmo período de 2015.

Depósitos	2016	2015
Depósito à vista	15,69%	21,28%
Depósitos de Poupança	18,53%	18,91%
Depósitos Interfinanceiros	7,28%	3,86%
Depósito a prazo	58,50%	50,90%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	0,00%	5,04%
	100%	100%

A estrutura de depósitos do Banco, no segundo trimestre de 2016, é composta da seguinte forma:

5.2.3 Letra Financeira

As novas captações através de Letras Financeiras permanecem gerando variações positivas, fechando o primeiro semestre de 2016 com o saldo de R\$242.682 mil contra R\$172.462 mil registrados no mesmo período de 2015, representando um aumento de 40,7%.

6. Relacionamento com Clientes e Canais

Comprometido com a excelência no atendimento de seus clientes e usuários e com o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Pará, o Banpará vem ampliando sua rede atendimento, possibilitando a inserção da população paraense no mercado financeiro, estando presente em 90 municípios paraenses.

Discriminação	Capital	Interior	Total
Agências	15	87	102
Postos de Atendimento	19	14	33
Caixa Deslocado	5	4	9
PAE	68	19	87
Pontos de Atendimento - Rede Própria	107	124	231
Municípios Atendidos			90

Além de sua rede própria, o Banpará disponibiliza aproximadamente 19 mil pontos de atendimento espalhados por todo Brasil, em parceria com o Banco24horas e 122 terminais da Rede Saque Pague, distribuídos pelo Estado do Pará. Desta maneira viabiliza aos seus clientes e usuários a possibilidade de utilizar os serviços do Banco em todo o território nacional.

7. Gestão Corporativa

7.1. Gestão de Riscos

O Banpará desenvolve suas atividades de gestão de riscos e de capital de acordo com os padrões recomendados pelo Acordo de Basileia e em consonância com as melhores práticas de mercado.

Os eventos de riscos são identificados, mapeados e mensurados. Para a mitigação são promovidas atualizações e aprimoramento contínuo das políticas, dos processos e dos sistemas de gerenciamento de riscos, com foco nos objetivos estratégicos da Instituição. Quanto ao gerenciamento de capital, o banco adota postura prospectiva visando antever a necessidade de capital para fazer face às estratégias de negócios, inclusive considerando a realização de testes de estresse e contingências de capital.

Referente à exigência mínima de capital estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde ao Índice de Basileia, a qual espelha a relação entre o capital da instituição e o volume exposto aos riscos de suas operações, o Banpará encerrou o primeiro semestre de 2016 com índice de 20,44% bem acima dos 11,13% estabelecidos pelo Bacen, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de Relações com Investidores/ Governança Corporativa: www.banpara.br.

7.2. Controles Internos e Compliance

As áreas de Controles Internos e Compliance são responsáveis por disseminar a cultura de controles internos e compliance na instituição, com a finalidade de assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente e alinhadas às boas práticas bancárias, bem como de realizar o monitoramento dos processos desenvolvidos no Banpará e a verificação da conformidade das atividades em consonância com as leis, normas e regulamentos externos e internos, articulando-se com os responsáveis pelas unidades para avaliação, validação e certificação dos controles definidos para os produtos, serviços e processos, alinhando-se às melhores práticas de mercado e às regras estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores.

No Banpará, a gestão de risco operacional e controles internos acontecem de modo integrado, estruturada segundo o Coso II, com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos e no alcance dos objetivos estratégicos, por meio de instrumentos capazes de identificar, avaliar e monitorar os riscos, resguardando os recursos e buscando reduzir as ocorrências de perdas relacionadas a pessoas, processos, sistemas e eventos externos.

As fragilidades identificadas por ocasião da rotina de controles internos são acompanhadas por meio dos planos de ação, atividades para correção e minimização dos respectivos riscos, havendo também a aplicação das autoavaliações em todas as unidades, bem como a monitoração do cumprimento dos normativos internos e externos encaminhados aos diversos gestores, possibilitando, desse modo, a construção e a manutenção da efetividade e a consistência dos controles internos de acordo com a natureza, complexidade e risco das operações efetuadas, com a finalidade de atingir as metas estratégicas, seguindo a Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Alta Administração, e conforme os parâmetros definidos pelo Mercado Financeiro.

Com relação à prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), as instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos relacionados à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, por isso o Banpará prossegue adotando procedimentos internos de controle em conformidade com a legislação vigente, política Institucional de PLD e melhores práticas nacionais e internacionais, sobretudo considerando as políticas de Identificação de Cliente, Conheça seu cliente, Conheça Seu Parceiro, Conheça Seu Funcionário, Avaliação de Novos Produtos e Serviços e procedimentos de Monitoramento de Transações e Comunicação de Operações/Situações Suspeitas, com o objetivo de manter a transparência, ética e legalidade de suas ações, bem como a proteção de sua imagem

perante a sociedade em geral. Assim, no 1º semestre de 2016, foram rastreadas movimentações de valor igual ou superior a dez mil reais, com sinalização de clientes para aplicação da política "Conheça seu Cliente" e comunicação de movimentações atípicas e sem justificativa plausível aparente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), conforme preceitua a Lei 9.613/98, Art.11, item II, § 2º, comunicação de boa-fé.

7.3. Segurança Empresarial e da Informação

A segurança empresarial no Banpará, sempre buscando as melhores práticas, tem por pressuposto a proteção dos bens (físicos e pessoais), das instalações e das informações da empresa, atuando tanto preventiva quanto reativamente, assegurando através de suas técnicas, conhecimentos e sistemas, a segurança e a disponibilidade necessárias às atividades fins da instituição. Assim, além de atuar sob três vertentes, quais sejam: Segurança da Informação; Segurança Física e Patrimonial; e Prevenção e Combate à Fraude Eletrônica, a Segurança Empresarial do Banpará busca os meios protetivos necessários à continuidade do negócio, através de seus Planos de Continuidade - PCN e Plano de Recuperação de Desastres - PRDs. Tudo constituído por um conjunto de controles, representados por procedimentos, processos, estruturas organizacionais, políticas e normas, além de soluções de Tecnologia da Informação.

7.4. Tecnologia da Informação

Com o intuito de atender às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição (PEI), relativo ao quinquênio 2015/2019 e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) do mesmo período, foram definidos macro objetivos específicos para a área de Sistemas de Tecnologia da Informação (TI), sendo que as ações estratégicas realizadas no 1º Semestre de 2016, foram: Projeto de Implantação dos Serviços do Sistema SCRC no Barramento de Serviços Corporativos; Execução do Programa de Adoção SOA que tem como objetivo a adequação da estrutura de integração entre sistemas do Banpará para a nova arquitetura implantada; Definição da Arquitetura padrões de construção bancos de dados, linguagens de programação de aplicações e plataforma de desenvolvimento; Controle de Aderência ao processo de Desenvolvimento de Software.

Considerando a perspectiva apresentada de forma resumida neste documento, há um conjunto de ações em andamento para que sejam atendidos os objetivos estratégicos, apresentados em momentos anteriores, e permitam o pleno atendimento dos compromissos assumidos pelo Banpará.

7.5. Ouvidoria

Por representar o comprometimento desta Instituição com os usuários, a Ouvidoria Banpará cumpre dar o devido tratamento às demandas recebidas, sobre todos os temas, na sua maioria, aos produtos e serviços prestados por este Banco. Nesse sentido, a Ouvidoria atua ativamente na prevenção de conflitos, sendo a 2ª instância de solução das demandas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento desta Instituição Financeira, o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

De forma imparcial, transparente e célere, zela pelo cumprimento dos normativos internos e externos, na busca por solução para as demandas, por meio de respostas claras, objetivas e satisfatórias, e enquanto unidade auxiliar na solução dos problemas apontados pelas demandas recebidas, contribui para a fidelização dos clientes, pela oportunidade de conhecer suas necessidades, pelo interesse e seriedade dedicados ao tratamento de suas insatisfações com a Instituição, cujos resultados implicam diretamente na prevenção do nível de confiança e de imagem desejável.

De acordo com a Resolução nº 4.433/2015, cumpre rigorosamente o prazo de resposta das demandas, no máximo, 10 (dez) dias úteis e acompanha e põe em prática, as alterações das Resoluções e Cartas Circulares do Banco Central do Brasil.

A Ouvidoria, representa o comprometimento desta Instituição, busca constantemente o aprimoramento de seu relacionamento com os diversos públicos atendidos, objetiva ser unidade colaboradora nas implementações de melhorias nos diversos setores internos, refletindo na boa imagem Institucional e na sociedade.

Quanto à procedência das demandas, temos as demandas julgadas procedentes solucionadas, estas, são objeto de análises mais detalhadas e submetidas à Alta Administração deste Banco, que poderão resultar na correção ou reformulação de procedimentos e controles operacionais, para o melhoramento dos processos de gestão, especialmente na diminuição do índice de reclamação.